



GT 049. Ofícios e profissões: memória social, identidades e construção de espaços de sociabilidade

Fernanda Valli Nummer (UEPA) - Coordenador/a,
Maria Cristina Caminha de Castilhos França (IFRS) - Coordenador/a

Este Grupo de Trabalho está em sua 4ª edição e as discussões têm trazido uma enriquecedora diversidade de questões associadas a temas como memória, sociabilidade e identidade no mundo trabalho. De forma mais ampla, os debates entre sociologia e antropologia sobre ofícios e profissões têm aprimorado as discussões sobre as diversidades culturais reveladas por cada participante ao relatar sua experiência de trabalho de campo. Recursos metodológicos utilizados nas etnografias diante da multiplicidade de estudos têm também proporcionado aprendizados diversos. Em 2015, publicamos o primeiro livro, resultados destas discussões: "Entre ofícios e profissões: reflexões antropológicas". Para 2018, serão privilegiados estudos etnográficos em que ofícios e profissões são analisados não apenas como funções sociais especializadas que as pessoas desempenham de acordo com as necessidades de outras, mas sim como uma das múltiplas dimensões das identidades dos sujeitos. Sejam dimensões concebidas ao longo das atividades produtivas ou sob processo educativo desenvolvido através da memória social das comunidades de saber, que resulta em transmissão e legitimação, e ambas sendo capazes de gerar esquemas de percepção e ação no mundo social. Nosso objetivo para a RBA é que os trabalhos aprovados e que tenham os textos completos enviados para o evento sejam selecionados para um segundo volume do livro e que os debates que já foram gerados nas outras edições sejam representados nessa Reunião.

A concepção dos Institutos Federais e seus atores sociais: a história narrada por trás da história

Autoria: Sílvia Schiedeck, Profª Drª Maria Cristina Caminha de Castilhos França

Essa comunicação versa sobre a educação profissional no Brasil de forma geral, tendo como princípio de que esta sempre esteve a serviço do pensamento hegemônico e do capital. Revela-se dessa forma, uma vez que a sua oferta se direcionava a uma formação instrumental específica, cujo objetivo era mão-de-obra rápida para atender ao mercado. A partir de 2004, com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, a educação profissional passou por uma transformação: com a promulgação do Decreto nº 5.154, mais de 18 leis, decretos e outros atos legais foram efetivados para que em dezembro de 2008 fossem criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) e instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica com a Lei nº 11.892. Esta mudança buscou romper com mais de 100 anos da dicotomia entre instrução profissional e educação geral, investindo na formação de um indivíduo integral e alterando os processos educativos para que se tornassem ações efetivas para acesso do trabalhador ao mundo do work. Compreendemos nesta pesquisa que o ensino por si só não pode ser considerado o único responsável por mudanças na sociedade, mas que atua como um dos fatores fundamentais para a superação da dualidade entre a educação para o mercado de work e a educação formadora das elites. Nosso objetivo com esta pesquisa é registrar por meio de entrevistas em suporte audiovisual, as narrativas memoriais dos atores sociais que definiram as políticas da educação profissional durante o período de 2004 a 2008. Para citar alguns destes atores: os políticos Fernando Haddad e Eliezer Pacheco, os teóricos da educação Gaudêncio Frigotto, Lucília Machado e Maria Ciavatta, entre outros. Interessamo-nos em identificar suas motivações, as articulações que foram necessárias, os conflitos políticos e teóricos, suas lembranças e suas memórias dos atos que culminaram na criação dos IFs. O registro destas memórias permitirá preencher espaços, lacunas e ausências que aparecem quando analisamos a própria história linear documental. Para a



análise de dados obtidos nas entrevistas, empregaremos teorias oriundas dos eixos temáticos que tratam sobre memória social, coletiva e política, esquecimento, identidade, narrativa histórica e temporalidade. A metodologia escolhida está fundamentada na etnografia e técnicas específicas deste método como observação participante com entrevista semiestruturada, diário de campo e rede de contatos, buscando recriar as relações entre a fundamentação teórica e os dados produzidos/empíricos, esclarecendo e completando os espaços da dinâmica social histórica investigada. O produto educacional resultante desta investigação será um documentário, que ficará disponível para ser utilizado em espaços formais e não formais de ensino.

[Trabalho completo](#)



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:**Apoio:****Organização:**